

GREVE NA POLÍCIA CIVIL

Antônio Álvares da Silva

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

A Polícia Civil (PC) está em greve. Fez demonstrações em frente ao Palácio da Liberdade. Está reivindicando salários justos.

O leitor não especialista desconhece a função da PC, chamada de Polícia Judiciária, pela Constituição. Ela tem por finalidade apurar todas as infrações penais, exceto as militares. Basta isto para demonstrar seu relevante papel na sociedade, pois a infração penal não apurada e o crime não punido levam à impunidade, um dos piores males que uma sociedade organizada pode sofrer.

O inquérito policial (IP), em que se materializa a apuração da infração penal, se desenvolve antes da fase processual e leva para o Judiciário os esclarecimentos necessários do fato delituoso, que servem de base à denúncia do Ministério Público e ao processo, comandado pelo juiz penal.

Embora o IP não seja indispensável à propositura da ação penal, geralmente é feito com rapidez e eficiência, tornando-se, na maioria dos casos, importante fonte para que o Estado exerça com êxito a ação punitiva que lhe é inerente.

É, pois, a Polícia Civil uma instituição que exerce relevante função na sociedade. Por isto, seus agentes merecem um bom salário e o povo naturalmente verá com simpatia seu movimento para este fim.

Um delegado estadual ganha muitas vezes menos do que um delegado federal, não obstante sua função não ser em nada inferior. Aqueles que, como eu, freqüentam de vez em quando, por razões comunitárias, uma delegacia, sabem da luta dos policiais que lá trabalham para a apuração das infrações penais, principalmente numa época como a de hoje em que a criminalidade está crescendo assustadoramente.

A PC faz parte da chamada carreira judiciária, formando a cadeia que exerce, em nome do Estado, a aplicação das penas, juntamente com o Ministério Público e a Magistratura. Por isto os delegados devem ganhar o mesmo salário dos juízes e promotores, porque a função que exercem tem a mesma importância social.

Sabemos que o Governo tem dificuldades de caixa. É preciso que aumente a arrecadação, para que se eleve o salário do servidor. Mas pode haver conciliações com pagamentos parcelados e outros meios, comuns ao atendimento deste tipo de reivindicação.

O vice-governador, Antônio Augusto Anastásia, é um administrador sábio e um negociador eficiente. A sociedade espera que o problema tenha solução rápida e justa, principalmente quando se sabe que a segurança pública é uma das metas prioritárias do atual governo estadual.

Os delegados da PC e com eles todos os demais agentes merecem melhoria salarial. Como cidadãos, cobramos muito da polícia e somos impiedosos em criticá-la. Mas raramente há alguém que conheça de perto seus problemas e suas dificuldades, principalmente quanto aos meios necessários de prestação do serviço que desempenham em nome da sociedade e para o bem de todos nós.

Vamos esperar que o bom senso impere. Entre o caixa do Governo e a necessidade vivencial de nossos policiais civis, há de sair um ponto de equilíbrio que satisfaça a ambos os lados que, sem intransigência, devem entregar-se ao diálogo construtivo que, no regime democrático, é o único caminho de resolver os problemas sociais.

Esta greve é uma oportunidade de colocar as coisas em seus devidos lugares. Devemos pagar bem os policiais e exigir com rigor uma ação permanente contra a criminalidade, para que todos tenhamos paz e segurança.

(Publicado no Jornal Hoje em Dia em 13/10/2009)